

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 450
19 de Agosto de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



O comício promovido pela DORL na passada quinta-feira no Largo de Camões, em Lisboa

Pág. 3

COMÍCIO NO CAMÕES

Encontro
de Álvaro Cunhal
e Todor Jivkov
na Bulgária



Pág. 2



Na Assembleia da República, os jornalistas solidarizaram-se com a ANOP: não à mordada

Pág. 3

ANOP: A PROVOCAÇÃO «AD»

Suplemento /



Economia • TV • O Líbano e a Palestina •
Messines • O livro da
Exposição do 60.º
aniversário do PCP •
Emigração • Entrevista
com Chico Buarque •



Matar no Líbano...



...matar em Angola

Pág. 8

A FACE DO IMPERIALISMO

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP

OS NOVOS PERIGOS PARA A DEMOCRACIA E AS MEDIDAS PARA OS COMBATER

«Nenhuma ilusão é consentida aos democratas portugueses. Estimulada pela revisão oferecida pelo PS/Mário Soares, a “AD”, se a deixarem, lançará a grande ofensiva de liquidação de tudo o que o Povo português conquistou com o 25 de Abril.

«O PCP salienta porém que, apesar da aprovação na Assembleia da República da revisão da Constituição na base dos acordos “AD”-PS, o regime e as instituições democráticas continuam a dispor de força política, apoio social e mecanismos constitucionais suficientes para enfrentar com êxito os perigos acrescidos que se adensam sobre a liberdade e a democracia.»

Pág. 3

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP NA VOTAÇÃO FINAL DA LEI DA REVISÃO

«A revisão da Constituição põe nas mãos das forças reaccionárias armas perigosas para actuarem contra a democracia e contra as conquistas do 25 de Abril. Mas a Constituição continua a proporcionar um vasto terreno e meios poderosos para o movimento popular e democrático desenvolver a luta em defesa das suas principais conquistas e do regime democrático. É a altura de dizer: se há aí quem pense que a revisão da Constituição desarmou o movimento popular de um quadro institucional, desiluda-se! Esse quadro subsiste. Contra todas as dificuldades a luta continua.»

Págs. centrais

Assembleia da República

Declaração de voto do PCP

Apesar dos perigos e ameaças há força bastante para defender a democracia

O Partido Comunista Português foi o único grande partido representado na AR que votou contra, na votação final global do decreto de revisão constitucional. Aprovando muitas das alterações introduzidas no texto da Constituição, o PCP manifestou-se claramente contra outras, que representam grandes perigos para a democracia portuguesa. O camarada Carlos Brito, em declaração de voto, explicou as posições dos comunistas face à revisão concluída. É esse discurso que aqui publicamos na íntegra.

O voto contra que o PCP acaba de expressar é antes de tudo o voto contra esta cerimónia, abusivamente designada de votação final global do decreto de revisão constitucional.

Trata-se, como demonstramos na altura em que foi discutido o regimento especial, de um acto sem qualquer fundamento constitucional ou regimental.

Nem os mais entusiásticos defensores desta votação final foram capazes de demonstrar a sua justificação jurídica-constitucional, limitando-se apenas a aduzir em seu apoio argumentos baseados em mesquinhos interesses político-partidários.

A nosso ver, fica assim plenamente confirmado estarmos perante um flagrante desvio de poder em que a Assembleia da República é utilizada para registar acordos extra-parlamentares, para servir de cartório notarial para a escritura pública do pacto, resultante da chamada cimeira de S. Bento, entre a direcção do PS e a 'AD', e de outros acordos firmados entre as mesmas partes.

Ninguém pôde — nem pode — pôr em dúvida que o poder de revisão constitucional se exerce e se esgota na votação artigo a artigo das propostas de eliminação, substituição, emenda e aditamento.

A tarefa da Assembleia da República na revisão constitucional terminou quando foi votada a última das disposições transitórias. Esta votação está a mais, é ilegítima, inquina a legalidade da revisão e põe em evidência o carácter antidemocrático do processo seguido.

A nossa presença aqui e o voto contra que acabamos de exprimir constituem a melhor forma de manifestarmos no quadro das instituições democráticas o nosso repúdio por uma operação em que precisamente as instituições democráticas são utilizadas e subalterizadas sem escrúpulos ao serviço de propósitos antidemocráticos.

O voto contra do PCP exprime também o protesto contra o modo afrontoso como a revisão foi imposta

pela 'AD' e pela direcção do PS à Assembleia da República, ao regime democrático e ao País.

Protesto contra as tentativas de furtar ao conhecimento do nosso povo o que estava em causa na revisão constitucional, designadamente através da ausência de uma discussão prévia em plenário e da não permissão da presença dos órgãos de comunicação social nos trabalhos da Comissão, o que lhe conferiu um carácter reservado e sigiloso.

Protesto contra os acordos feitos pelos estados-maiores do PS e da 'AD' à margem da Assembleia da República e ditados para a acta, muitas vezes sem qualquer discussão.

Protesto contra a marcha forçada em que foi transformada a discussão no plenário, com a imposição de draconianas limitações de tempo que efectivamente reduziram ao silêncio durante grande parte dos trabalhos os deputados e os partidos que, por estarem fora e contra os acordos da direcção do PS e da 'AD', mais tinham a dizer. Tal foi a situação em que se viu colocado o Grupo Parlamentar do PCP.

Protesto contra o carácter antidemocrático que os parceiros do pacto da revisão de 82 impuseram aos deputados dos seus próprios partidos, que muitas vezes votaram coagidos, como consta das suas declarações de voto.

Protesto contra a arrogância de uma maioria numa Assembleia que já não correspondendo ao sentir político do país, como a vida nacional exuberantemente demonstra, se permite introduzir alterações tão profundas e tão perigosas na lei fundamental.

Voto contra o sentido desta revisão

Mas o voto do PCP é acima de tudo um voto contra os aspectos substanciais que marcam o sentido político desta revisão da Constituição.

O PCP vota claramente contra o que através da revisão é introduzido na Constituição, com vista a miná-la e

a destruí-la e em consequência, minar e destruir o regime democrático.

Estes aspectos, particularmente nocivos e perigosos da revisão, concentram-se nas alterações que foram introduzidas na organização do poder político e no sistema de controlo da constitucionalidade das leis, bem como nas normas transitórias directamente relacionadas com estas duas áreas da Constituição.

As alterações da Constituição a que nos referimos são, em síntese, as seguintes:

1) a extinção do Conselho da Revolução sem que sejam asseguradas soluções substitutivas para as suas funções capazes de assegurar a defesa do regime democrático;

2) a transferência da escolha das chefias militares do

leis e da administração das Forças Armadas.

Na prática, estas alterações traduzem uma profunda modificação no sistema do poder político até hoje vigente e podem conduzir, se levada às últimas consequências, à sua completa subversão.

«AD» ganhou meios de se conservar no poder

Com efeito, as actuais forças políticas que detêm o Governo e a maioria na Assembleia da República — isto é, a 'AD' — ganham poderosos meios para se conservar e se prolongar no poder:

a) Quanto à sua posição no Governo, ganham o que o Presidente da República perde nos poderes de demitir e de pedir contas ao Governo.

A tarefa da AR na revisão constitucional terminou quando foi votada a última das disposições transitórias. Esta votação está a mais, é ilegítima, inquina a legalidade da revisão e põe em evidência o carácter antidemocrático do processo seguido.

Presidente da República para o Governo, a atribuição ao Governo de competências militares fundamentais que cabem actualmente ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, a consagração de soluções que visam a liquidação da autonomia constitucionalmente reconhecida às Forças Armadas;

3) a diminuição de outros poderes do Presidente da República com a adulteração do princípio da dupla responsabilidade política do Governo (perante o Presidente da República e perante a Assembleia da República) e o condicionamento imposto aos seus poderes de demitir o Governo e de dissolver a Assembleia da República.

4) a composição do Tribunal Constitucional, cuja designação compete apenas directa e derivadamente à Assembleia da República, o que abre claramente o caminho à perversão do controlo da constitucionalidade;

5) a criação de um período de transição, temporariamente indefinido, com a acinতোsa e antecipada extinção do Conselho da Revolução, em manifesta violação do pacto MFA-partidos de 1976 e o estabelecimento de uma situação de vazio em relação a algumas das suas capitais funções, como a de controlo da constitucionalidade das

b) Em relação à sua posição maioritária na Assembleia da República, ganham com o novo condicionamento do poder de dissolução pelo Presidente da República.

c) Em relação às Forças Armadas, ganham para já a escolha das chefias militares e têm a porta aberta para ganhar a organização, a administração, as promoções, tudo o que já foi configurado por Freitas do Amaral até à própria nomeação dos comandos de unidades; ganham, enfim, com o facto de o empenhamento das Forças Armadas na defesa e consolidação da democracia, que é assegurado pelo Conselho da Revolução, com a extinção deste e a ameaça de subordinação ao ministro Freitas do Amaral, deixar de ser encorajado a partir do Estado e tender a ser substituído pelos incentivos à conspiração militar contra o regime democrático e o movimento dos trabalhadores.

d) Em relação à fiscalização da constitucionalidade, ganham com a extinção do Conselho da Revolução, que exerce essa função no sentido de garantir o prosseguimento do 25 de Abril e ganham com a sua substituição por um Tribunal Constitucional, que se vier a ser constituído na base do acordo global 'AD'-PS para consumir a re-

visão constitucional, corre sérios riscos de vir a ser dominado por uma visão contrária à Constituição, às conquistas dos trabalhadores, ao 25 de Abril.

e) E, por sobre tudo isto, ganham um período de transição em que ficam com as mãos bastante livres para preparar a operação da tomada total de todos os poderes do Estado sem qualquer contrabalanço.

Estas profundas e graves alterações na organização do poder político do Estado são, pois, muito no concreto como se viu, um serviço à 'AD' e a todas as forças que querem restaurar os monopólios e liquidar o regime democrático.

É por isso que, conhecido o carácter antidemocrático da actuação da coligação governamental, amplamente demonstrado ao longo dos dois anos e meio em que se encontra à frente do executivo, é nossa obrigação denunciar perante o país que alterações tão profundas e a transferência directa de uma tão larga soma de meios, de instrumentos e de poderes para as mãos da actual maioria da 'AD' reforça o risco de um verdadeiro golpe de Estado contra o regime democrático.

A revisão constitucional não é só isso. Mas esta é a sua grande novidade. São estas alterações que determinam o seu sentido e que implicam gravemente com os destinos da democracia e o futuro político do nosso povo e do nosso país. Por isso, o voto do PCP não podia ser outro senão o voto contra.

A participação do PCP nas alterações positivas

Ao contrário do propalado pelas forças reacçãoárias, o voto contra do PCP agora expresso não resulta de uma posição contrária a toda e qualquer revisão constitucional. O PCP defendeu sempre uma revisão constitucional da Constituição e nesse sentido apresentou o seu próprio projecto de revisão constitucional.

Concluída esta revisão, o voto contra do PCP não é um voto contra toda a revisão.

Desde logo, o PCP não votou contra, não podia votar contra, as alterações que decorrem das suas próprias propostas, do seu projecto de revisão constitucional. Foi por proposta ou com o contributo originário do PCP que foram, por exemplo, limitadas as possibilidades de restrição por lei ordinária dos direitos dos cidadãos, aper-

feçoado o regime da sua protecção jurídica, designadamente em matéria criminal, consagrados novos direitos em matéria de comunicação social (nomeadamente direitos fundamentais dos jornalistas), conferida dignidade constitucional à protecção dos representantes dos trabalhadores, consagrados novos direitos sociais anteriormente configurados como meras obrigações do Estado, constitucionalizados direitos fundamentais dos partidos e em particular dos partidos de oposição, introduzidos aperfeiçoamentos no regime dos actos normativos, no estatuto da Assembleia da República, nas garantias dos cidadãos perante a Administração Pública, no regime da função pública e nas autonomias locais e regionais.

Por outro lado, o PCP votou a favor, designadamente, da clarificação da aplicabilidade dos direitos fundamentais dos trabalhadores do mesmo regime de protecção dos direitos, liberdades e garantias; aprovou todos os aperfeiçoamentos à protecção constitucional dos cidadãos, dos consumidores, do património cultural; votou todas as alterações positivas ao estatuto da Assembleia da República e ao regime do poder local e regional.

Em aspectos importantes, a Constituição de 1976 não foi adulterada, foi defendida. Não se pode deixar de lamentar entretanto não terem sido aprovadas algumas importantes propostas do nosso projecto.

«O PCP não votou — nem podia votar — uma nova Constituição». Da lei de revisão agora aprovada resulta, é certo, um péssimo enxerto na Constituição de 1976. Mas são ilegítimas todas as tentativas de, a partir da revisão, proclamar uma solução de continuidade constitucional, uma nova Constituição. E é igualmente ilegítimo considerar indirectamente alteradas normas, preceitos, regras, princípios que o não foram.

Não podemos deixar de considerar negativas, por outro lado, outras alterações aprovadas, tais como as cláusulas fixadas em nome da adesão à CEE; a imposição do direito de tendência sindical no âmbito e os termos de restrição de direitos fundamentais de militares e agentes militarizados; as alterações em matéria de processo criminal no tocante à instrução preparatória; a extinção dos Conselhos de Informação e sua substituição por um Conselho cujas regras de composição não dão ga-

rantias de cumprimento da sua missão constitucional; as alterações em matéria de Reforma Agrária; a supressão da possibilidade de expropriação sem indemnização dos grandes capitalistas e latifundiários; as limitações à autogestão; as alterações relativas ao Plano; o golpe vibrado contra os Conselhos Municipais e a porta aberta à executivização do poder regulamentar autárquico.

Mas não são estas alterações — as positivas e as negativas — que determinam modificações qualitativas no texto constitucional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Assimela da República não votou — nem podia votar — uma nova Constituição. Do lei de revisão agora aprovada resulta, é certo, um péssimo enxerto na Constituição de 1976. Mas são ilegítimas todas as tentativas de, a partir da revisão, proclamar uma solução de continuidade constitucional, uma nova Constituição. E é igualmente ilegítimo considerar indirectamente alteradas normas, preceitos, regras, princípios que o não foram.

A «AD» não teve tudo o que queria

Continua a ser inconstitucional qualquer lei que vise a liquidação da Reforma Agrária e a reconstituição dos latifúndios, como inconstitucional é a prática governativa que prossegue esses fins.

Continua a ser inconstitucional qualquer lei que vise a

cional qualquer lei que vise restringir ou condicionar o direito à greve, como inconstitucional são as práticas governativas da 'AD', como as que foram posta em prática durante as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio.

Continuam a ser inconstitucionais diplomas que visem a liberalização dos despedimentos (como a famigerada PL 70/II) e em geral a alteração da legislação laboral a favor do patronato.

Inconstitucionais também a legislação de burla eleitoral (do tipo da lei eleitoral para as autarquias), o pacote anti-autárquico, e todas as práticas governativas tendentes à limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, ou ao esvaziamento dos direitos sociais (como o direito à saúde, assegurado pelo SNS, o acesso a todos os graus de ensino, o direito à habitação, entre tantos outros).

Mas pergunta-se entretanto: que Tribunal Constitucional vai fiscalizar a nova legislação produzida nestes importantes e fundamentais matérias? E pergunta-se também: em que mãos vão ficar as Forças Armadas para o cumprimento das suas missões constitucionais?

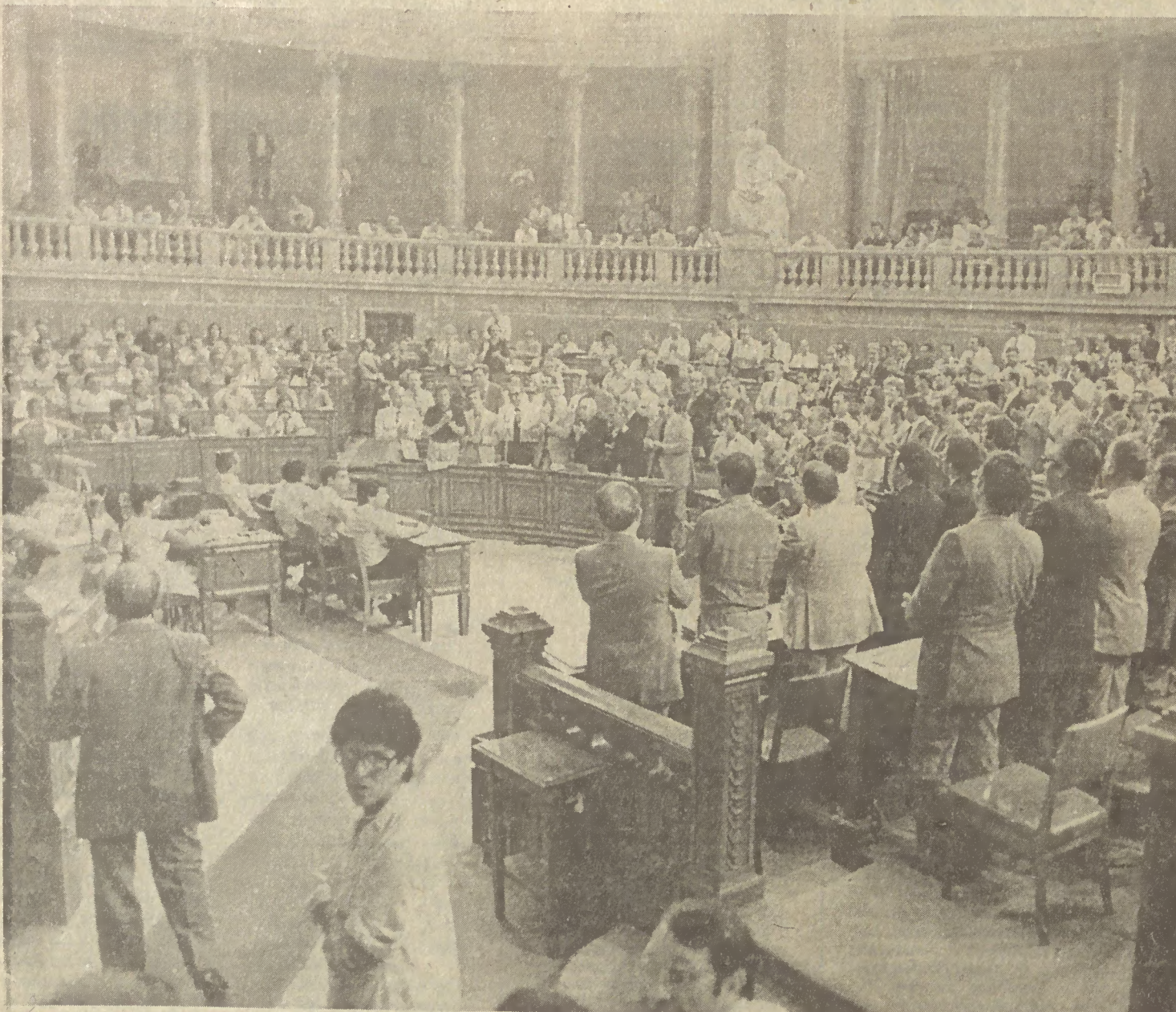
Tal é o propósito verdadeiramente golpista contido na revisão que acaba de ser votada. Este carácter pode ter escapado e escapar ainda a muitos sectores da opinião pública, mas conhecemos obrigatoriamente todos os deputados desta Assembleia. O seu voto representa, na sua assunção de uma pesada responsabilidade que não pode ser iludida.

A 'AD' não conseguiu realizar a revisão constitucional que pretendia. É um facto.

A 'AD' não conseguiu evitar a Constituição o princípio da eliminação dos latifúndios, nem o princípio da irreversibilidade das nacionalizações.

Foi derrotada na sua tentativa de eliminar a consagração constitucional do controlo de gestão, viu rejeitadas as suas propostas de restrição constitucional do direito à greve, como rejeitadas foram outras propostas contra os interesses dos trabalhadores e do povo em geral (de que é exemplo o tendente à destruição do SNS).

A 'AD' não obteve o referendo antidemocrático, a destruição de barreiras constitucionais contra a burla eleitoral, a liquidação dos limites materiais de revisão do Artigo 290.º, que sintetiza — e



Aplausos para as alterações à Constituição. A reacção, aliada aos dirigentes do PS, quiseram propor ao país uma nova Constituição. Durante os debates muitas vezes falaram dessa "novidade". Não o conseguiram, como não conseguiram que, no fim da operação de lavagem "ideológica" à Constituição de Abril, o aplauso dos socialistas fosse maioritário. Muitos — a maioria — dos deputados do PS, não aplaudiram nem se levantaram para regozijar-se com o acordo do PS/Mário Soares com a "AD".

Uma votação com oposições e reser...

Um momento histórico pode ser um momento negativo. Pode, na contabilidade do percurso de um país, de um povo, registar-se na coluna do menos com que se fica. A sessão de quinta-feira passada na Assembleia da República foi um desses momentos históricos, destinados a ratificar uma revisão que teve aspectos profundamente negativos que, por certo, não deixarão de reflectir-se no futuro dos portugueses.

A votação final global — cerimónia desnecessária na opinião dos comunistas — pretendia apenas celebrar publicamente o regozijo do PS/Mário Soares e da 'AD' em terem levado até ao fim os acordos que permitiriam a reacção ficar beneficiária de disposições introduzidas na lei fundamental do país. Pretendeu também inverter o sentido da votação da Constituição de 1976, "integrando" o CDS no grupo dos que apoiam e excluir desse grupo os comunistas. Tal pretensão — que vai ser usada na propaganda reacçãoária, não corresponde, porém, à verdade dos factos.

Com efeito, a Constituição agora revista é a mesma que a grande maioria dos constituintes de 1976 aprovaram. O acordo do PS/Mário Soares com a direita introduziu-lhe alterações contrárias ao espírito de Abril, perigosas para o regime democrático. Outras alterações, porém, tiveram conteúdo positivo e nelas participou, desde o início do processo de revisão, o Partido Comunista Português. As acusações de que o PCP não queria a revisão nunca corresponderam à verdade e muitas das alterações positivas introduzidas no texto que só passou a vigorar depois de promulgado, tiveram como base as propostas dos comunistas, a iniciativa do PCP.

Das razões da votação contrária do PCP dá conta o discurso

que o camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar do Partido, proferiu no encerramento da sessão, discurso que publicamos na íntegra noutro local.

As reservas e a coerência

Nem tudo foi pacífico nesta sessão que reuniu os deputados na Assembleia na passada semana. Sessão em que se pôde ver a lotação quase completamente esgotada. Poucos foram os falantes. De manhã, distribuído o texto da Lei de revisão constitucional que seria objecto mais tarde de uma votação final global, passou-se, depois de um intervalo, a votar as disposições transitórias, tendo as seis primeiras recolhidas a unanimidade. Chegou-se, cerca do meio-dia, à controversa disposição que entrega à AR — isto é, à 'AD' — poderes até agora da competência do Conselho da Revolução, ficando o Presidente da República com o prazo de quinze dias para promulgar os diplomas que forem elaborados, ou vetar os mesmos, situação em que voltaria à AR onde deveriam concitar a maioria de dois terços para que seja obrigatória para o PR a sua promulgação.

Os últimos minutos de que o PCP dispunha no tempo acordado aos comunistas para o processo de revisão constitucional, gastou-os o camarada Yeiga de Oliveira, salientando que o acordo do PS/AD tinha sido um acordo de desconfiança. Pouco antes, o deputado do PCP José Manuel Mendes sublinhou que ninguém tinha achado a solução boa e todos a achavam errada. Propostas dos comunistas, da UEDS e da ASDI, semelhantes no seu sentido, avançaram a solução de permanecer o CR até à entrada em funções dos órgãos que o hão-de substituir.

A primeira surpresa do dia surgiu quando Almeida Santos, do PS, anunciou que votaria o texto da Comissão — que era o do acordo com a 'AD' e também (I) as propostas alternativas do PCP, da UEDS e da ASDI... Almeida Santos disse saber que era um gesto "inútil e coerente". E depois o PS votou, com a 'AD' a solução deles, contra todos os outros partidos da oposição.

A 'AD', o PS e o MDP votaram depois o artigo que determina ao PR e à AR a designação dos membros do Conselho de Estado, outra das vitórias do acordo PS/AD. Quanto à disposição respeitante à organização e funcionamento do Tribunal Constitucional, a 'AD' e o PS votaram de novo contra os outros. Ao mesmo tempo, deputados socialistas subiram à tribuna onde entregaram declarações de voto. Apesar de solidários no acto de votar, 34 deputados do PS manifestaram-se contrários a algumas soluções do acordo do seu partido com a direita.

A disposição transitória que transfere para a AR a competência legislativa do CR em matéria de organização e funcionamento das Forças Armadas recolheu a oposição do PCP, da UEDS, da ASDI, do MDP e da UDP.

As leituras da revisão

Depois, foi a votação final global. Com a oposição do PCP e da UDP. A abstenção do MDP.

O voto favorável do PS e da 'AD', da UEDS e da ASDI. O aplauso final. A direita festejou, contando com a maioria dos deputados do PS a bater palmas também, enquanto a maioria dos socialistas se ficavam, sentados e mudos. Salgado Zenha levantou-se para anunciar que um grupo numeroso de seus companheiros de bancada tinham já depositado declarações de voto onde manifestavam as suas reservas.

Sem transição — o caso oportuno — armadado para muitos — passou-se às declarações de voto. Deputados abandonaram a sala para correrem em direcção às férias. As declarações de voto que ouvimos respondem a outras tantas letras que os partidos fazem revisão concluída nessa noite.

Enquanto a UDP considerava o 12 de Agosto como "a data do 25 de Novembro", o CDS pela voz de Beirão, achava o "verdadeiro 25 de Abril" ter acontecido há minutos. De facto, um discurso hábil em que nunciou ter a revisão ficado no aquém das pretensões reacçãoárias, o CDS mostrou sinais de "liberdade" de peias constitucionais para atacar Abril. Não, porém, ser fácil.

A maioria dos discursos se apresentaram surpresas. O MDP fez um histórico da revisão, apontando erros e incoerências, dando os jornalistas com curiosidade a justificação da abstenção daquele partido, que, pelo voto do deputado Goulart afirmou contestar a própria votação.

De Vitorino, da UEDS, salientou-se a fidelidade que tinham aos acordos da FRS, ficando demo-

io

de vise
ar o di-
consti-
go-
mo as
prática
ais de
11 de
consti-
tusem a
spedi-
gerada
altera-
oral a

bém a
leitoral
l para
te an-
e pró-
antes à
liber-
cida-
os seus
direi-
o pelo
dos os
reito à
antos

relan-
tuticio-
legis-
as im-
entais
e tam-
o ficar
ara o
os mis-
dadei-
da na
er vo-
nda a
nter-
revolu-
legisla-
1977, sempre com o
mento de que é neces-
ário a
democrá-
cia — e
que o
processo
de revisão
consti-
tucional
passou
pela fó-
rmula
de «des-
bloquear
o pro-
cesso»
porque
a reac-
ção es-
ta in-
teressa-
da no im-
posse
de direc-
ção do
PS, sem-
pre gu-
mentando
que cede
no es-
sório
para sal-
var o es-
sencial
acabou
por ceder
à D' na
revisão
consti-
tucio-
nal que
permite
pôr em
uso toda
a Consti-
tuição
e o
gime
democrá-
tico nela
asagra-
do.

Colocada na conjuntura política portuguesa, na posição essencial de deter as chaves do processo de revisão constitucional, o PS cedeu às forças de direita não as chaves de penetração em todas as salas, mas as que dão acesso aos poiais, às camaratas e às posições mais estratégicas da fortaleza da democracia portuguesa.

ros privados e o encerramento de empresas públicas), a nova legislação laboral ao serviço do patronato, o plano subversivo sintetizado nas 26 medidas anunciadas pelo Governo Balsemão, a presente ofensiva do Governo e do patronato contra os trabalhadores, a escandalosa operação tendente à extinção da Anop, mostram como a direita se sente forte nas novas posições alcançadas e como pretende explorá-las para a plena concretização do seu plano contra o 25 de Abril.

'AD' para as disposições transitórias os dirigentes socialistas manifestamente prolongam a sua aliança com a coligação governamental e criam uma teia de metas e prazos legislativos que mais do que provocar a queda da 'AD' parecem destinadas a escorá-la por longo tempo no poder.

Os projectos que os líderes da 'AD' não têm reboço em anunciar, em relação à governamentalização e instrumentalização das Forças Armadas, aquilo a que chamam «nova organização económica» (com a banca e segu-

Colocado na conjuntura política portuguesa, na posição essencial de deter as chaves do processo de revisão constitucional, o PS cedeu às forças de direita não as chaves de penetração em todas as salas, mas as que dão acesso aos poiais, às camaratas e às posições mais estratégicas da fortaleza da democracia portuguesa.

ros privados e o encerramento de empresas públicas), a nova legislação laboral ao serviço do patronato, o plano subversivo sintetizado nas 26 medidas anunciadas pelo Governo Balsemão, a presente ofensiva do Governo e do patronato contra os trabalhadores, a escandalosa operação tendente à extinção da Anop, mostram como a direita se sente forte nas novas posições alcançadas e como pretende explorá-las para a plena concretização do seu plano contra o 25 de Abril.

Vigilância exigida contra os perigos

Neste quadro assumem uma grande importância as leis de desenvolvimento da revisão constitucional. A revisão da Constituição tal como acaba de ser feita pela Assembleia da República é má mas pode tornar-se ainda pior, particularmente com a legislação prevista nas disposições transitórias relativa à Defesa Nacional, à organização e funcionamento das Forças Armadas e à organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional.

Esgotando-se todas as formas de acção contra a consumação e entrada em vigor da revisão golpista da Constituição, a luta para impedir novas cedências à 'AD' na legislação sobre estas matérias, bem como na composição concreta dos órgãos a instituir na sequência da revisão, tornar-se-ão terreno privilegiado da batalha das for-

ças democráticas e do movimento popular.

Particular vigilância é exigida às forças democráticas durante o nebuloso e indelimitado período de transição que se abrirá com a extinção do Conselho da Revolução, o vazio na administração militar propício a usurpações indevidas e perigosas, a liquidação do controlo preventivo da constitucionalidade. A situação assim criada constitui um terreno propício a arbitrariedades, manobras e golpes contra o regime e as instituições democráticas, contra o movimento popular e os direitos dos cidadãos.

A revisão da Constituição põe nas mãos das forças reacionárias armas perigosas para actuarem contra a democracia e contra as conquistas do 25 de Abril. Mas a Constituição continua a proporcionar um vasto terreno e meios poderosos para o movimento popular e democrático desenvolver a luta em defesa das suas principais conquistas e do regime democrático. É altura de dizer: se há aí quem pense que a revisão da Constituição desarmou o movimento popular de um quadro institucional, desiluda-se! Esse quadro subsiste. Contra todas as dificuldades a luta continua.

A revisão da Constituição que há pouco foi concluída na Assembleia da República vai ao encontro de interesses fundamentais da 'AD' e por isso mesmo é tanto mais nociva quanto mais a 'AD' se mantiver no poder. A luta para afastar a 'AD' do poder, através da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República, mantém toda a actualidade e ganha novas razões a partir de agora.

Raramente terá sido tão legítimo, necessário e urgente reclamar que seja dada a palavra ao Povo português para que fraga aqui uma maioria democrática capaz de minorar os perigos desta revisão e encaminhar Portugal pelos caminhos abertos pelo 25 de Abril.

Com o seu voto contra o PCP quer precisamente significar: que a revisão da Constituição comporta dispositivos que ameacem gravemente o regime democrático, mas que os comunistas portugueses têm uma confiança inabalável em que as forças democráticas, principalmente o movimento operário e popular, não consentirão que a reacção faça uso desses dispositivos como pretende e saberão e terão força bastante para defender a democracia em Portugal.

elogios à maioria das alterações introduzidas e algumas reservas. No que toca à composição do Tribunal Constitucional, fez votos... para que os juizes saibam impor a independência e a isenção.

Reconhecendo que a votação feita "possui um escasso alcance jurídico", Jorge Miranda, da ASDI, admitiu serem "discutíveis" as soluções encontradas na distribuição dos poderes do CR e na alteração dos poderes do PR que se "traduzem em mudanças substanciais no sistema político". "Votamos a favor do decreto de revisão por acharmos que os méritos da revisão são superiores aos seus deméritos", insistiu.

Do discurso do PPM não se fez nada porque não vale a pena.

O Partido Socialista enviou a tribuna Almeida Santos. Que começou por querer convencer que a luta tinha acabado. "Pela parte que me toca, ergo o meu lenço branco", disse. "Assim queiram os nossos contradiutores fumar connosco o cachimbo da paz", pediu ainda, afirmando a seguir que a revisão constitucional não tinha sido perfeita. O que toda a gente sabia. Acusando o PCP de não querer a revisão e a 'AD' de a querer demais, alcançou-se em "fiel da balança".

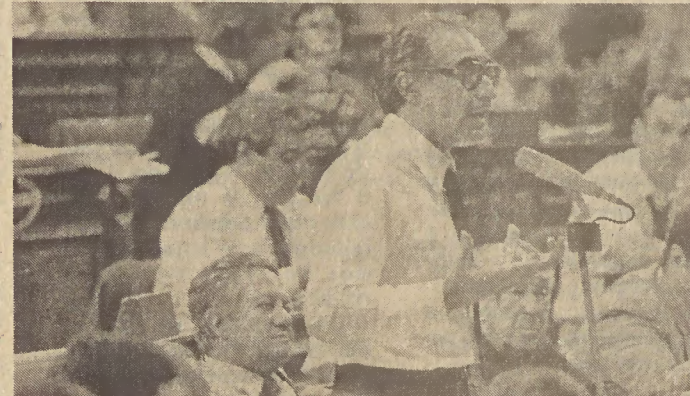
Explicou que, ficando o PS em equilíbrio, nada mais natural do que cair para a direita.

O discurso do PSD, cheio de "esperanças" e "destinos históricos", acabou por manifestar apreensões. As de que não se tinham todos convencido a acatar esta revisão. Pode o PSD ficar descansado. O que os seus opositores não consentirão é que, como disse Carlos Brito, a reacção faça uso dos dispositivos que a 'AD' conseguiu introduzir e que ameacem o regime, faça uso deles para acabar com a democracia.



"Mas porque é que o Dr. tem tão pouca gente na sua bancada? Acha que ainda vai haver bronca na votação?", parece perguntar Sousa Tavares ao secretário-geral do PS que se pode ver na foto, manifestamente desanimado. Mas logo, sorrindo, Mário Soares terá respondido: "Deixe lá, votar contra não votam, a nossa revisão está no papo". Ficou entretanto claro, durante a sessão, que as "soluções" encontradas pela aliança do PS com a 'AD' só passaram com muitas reservas da maioria dos deputados socialistas. Os arranjos encontrados não foram sequer entre o Partido Socialista e a 'AD', mas entre os dirigentes actuais do PS e a direita. Contra a opinião dos democratas a quem repugnou um tal acordo, negociado fora da Assembleia da República e contra as aspirações manifestadas pelo povo português durante o processo de revisão que acabou por colocar nas mãos da 'AD' dispositivos perigosos que ameaçam a democracia.

"Como? Então ninguém quer saber do meu lenço branco a fingir de pazes? Ninguém quer fumar comigo o cachimbo da paz?"

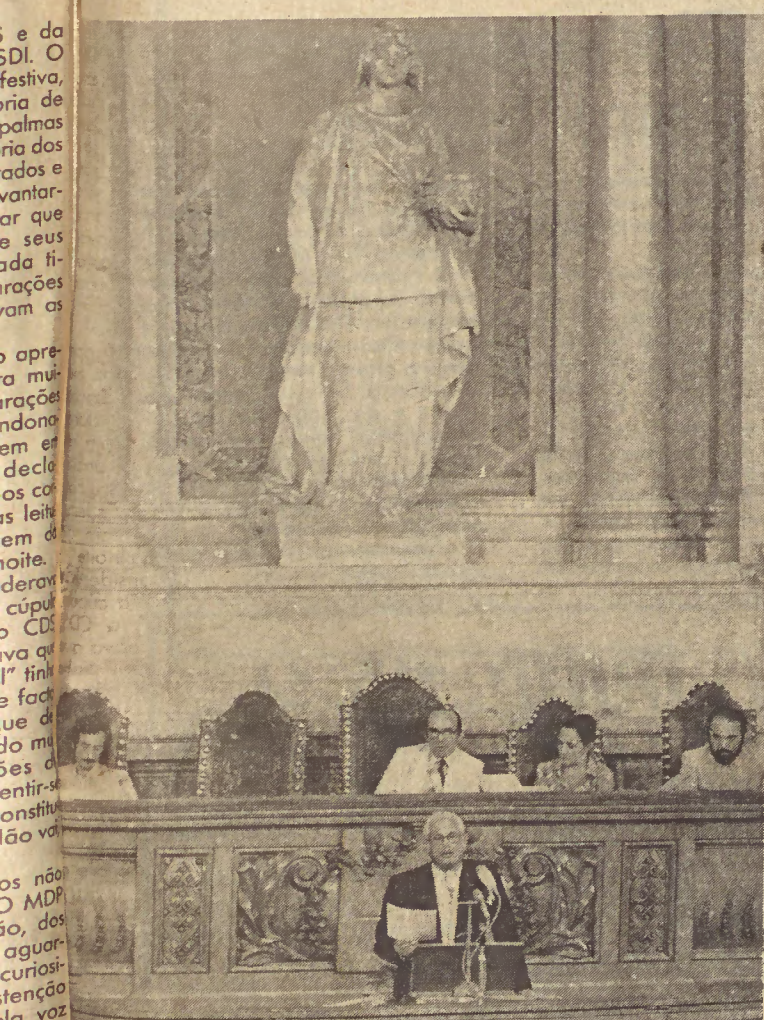


"Declaro que votei favoravelmente o artigo 246 n.º 4 do projecto de revisão constitucional da CERC por razões que têm a ver com a necessidade de viabilizar a revisão constitucional, embora discorde da substância da solução agora consagrada, já que o mais normal e adequado teria sido a permanência em funções do Conselho da Revolução até que estivessem em exercício os novos órgãos que o vão substituir", escreveu Vítor Constâncio.



Trinta e quatro deputados do PS declararam — e subiram à tribuna para entregar na mesa essa declaração de voto — que "se sentiram no dever de votar favoravelmente a Lei de Revisão Constitucional, embora discordando de algumas das suas disposições". Quiseram assim, como aliás escreveram na declaração apresentada e divulgada à imprensa, "manifestar o seu desacordo com as disposições que configuram uma redução de poderes do Presidente da República para além do que seria normal em consequência da simples necessidade de redistribuição dos poderes do Conselho da Revolução". Estes deputados socialistas, que consideraram também a fórmula encontrada para a composição do Tribunal Constitucional como constituindo um risco para o futuro das instituições, afirmaram, por outro lado entenderem que "a metodologia acordada entre os partidos da 'AD' e o PS para a extinção do Conselho da Revolução (...) é desastrosamente lesiva da dignidade do Conselho da Revolução e contrária ao princípio da separação dos poderes, já que atribui ao Presidente da República funções de fiscalização da constitucionalidade das leis por período, aliás, teoricamente indefinido".

reis



Os Brito durante a declaração de voto do PCP: "Com o seu voto contra, o PCP quer precisamente significar: que a revisão da Constituição comporta dispositivos que ameacem gravemente o regime democrático, mas que os comunistas portugueses têm uma confiança inabalável em que as forças democráticas, principalmente o movimento operário e popular, não consentirão que a reacção faça uso desses dispositivos como pretende e saberão e terão força bastante para defender a democracia em Portugal."

PCP

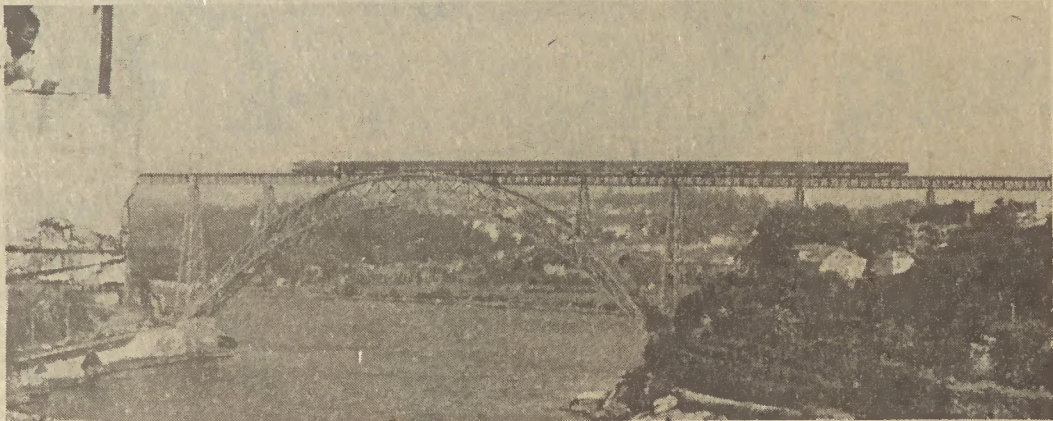
Porto

Campanha férias 82: resultados positivos

A poucos dias do final da campanha Férias 82 pode-se dizer que, no essencial, os resultados são positivos. No entanto um grande esforço tem que ser feito. Muitas contribuições podem ainda ser recolhidas.

Apesar deste ser um mês de férias é possível continuar a recolha de fundos. Muitos dos amigos que não encontrámos em Julho já regressaram. Há, pois, que cumprir as metas, seguindo desta forma o exemplo de organizações como os sectores Intelectual e da Saúde e a organização de Gaia, que já ultrapassaram as metas.

O sector de serviços com 99% também não vai mal. Pior um pouco estão a Póvoa



com 90% e os Grandes Serviços com 86%. Bom, de qualquer forma estas organizações com um esforçozinho podem rapidamente alcançar as suas metas.

Já não será tão fácil, para os Metalúrgicos, com 73%; para Matosinhos, com 72%; para o Comité Local do Porto, com 67% e para Gondo-

mar, com 64%.

Apesar de não ser fácil, é possível alcançar as metas e é para isso que nesta fase final vamos fazer um grande esforço!

Algarve
Festa Popular de Bordeira

Na bela região do Algarve, outra festa popular organizada pelos militantes comunistas vai certamente mobilizar no próximo fim-de-semana o interesse e a participação de muita gente, residentes, forasteiros, turistas. Falamos da tradicional Festa Popular de **Bordeira** (Faro),

iniciativa da Comissão Local do Partido, que afirma ao "Avante!":

"Nos dois dias de espectáculo, alegria e amigável confraternização haverá música, canções, poesia, exposições, filmes e jogos populares e, como não podia deixar de

ser, os tradicionais comes-e-bebes".

Sobre a participação de artistas, revela a Comissão Local de Bordeira:

"Actuarão José Jorge Leiria, um grupo de cantares alentejanos, o grupo "Rumo Novo" e ainda o conjunto

"Stratus", que animará o baile de sexta-feira".

No início da Festa intervirá o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central.

O programa forte da Festa decorrerá no sábado e no domingo.

Charneca do Lumiar
PCP na Festa de S. Bartolomeu

Vai realizar-se de 21 a 29 de Agosto a tradicional Festa Popular de S. Bartolomeu, na freguesia da Charneca do Lumiar.

A organização do PCP vai estar presente na Festa com um Pavilhão.

Matosinhos
vai estar em festa!

Matosinhos vai estar em festa.

A primeira é no dia 28 de Agosto (domingo), no Jardim António Calém. A segunda só se realiza em Setembro, no fim-de-semana de 11 e 12, nos terrenos junto ao liceu. Trata-se da grande "Festa do Mar". Nas próximas edições do "Avante!" contamos dar mais novidades sobre estas festas!

O diploma das carreiras médicas não serve a saúde em Portugal

— nota do organismo da Saúde do Porto do PCP

A propósito do diploma das carreiras médicas (publicado no passado dia 3 no «Diário da República» e anunciado por portavozes governamentais como um passo «histórico» na organização do exercício da saúde pública em Portugal) decidiu a direcção médica do Hospital de Santo António promover na passada sexta-feira uma homenagem ao secretário de Estado da Saúde, Paulo Mendo. O Organismo da Direcção da Saúde do Porto do

PCP divulgou nesse mesmo dia uma nota, na qual sublinha que «para além das graves deficiências deste decreto, que não contempla antigas e justas aspirações dos médicos, o que está verdadeiramente em causa é toda a política de saúde deste governo e deste secretário de Estado».

A Direcção da Saúde do Porto recorda: «O PCP tem repetidamente de-

nunciado a política de saúde dos governos da «AD», uma política desastrosa e contrária aos interesses das populações. É uma política pensada para proteger a medicina privada e os interesses das multinacionais. O governo revogou toda a legislação progressista já existente, lançou pesadas taxas sobre os doentes, aumentou repetidamente o preço dos medicamentos, promoveu cortes orçamentais para a saúde, congelou a admissão de pessoal,

está empenhado em liquidar a gestão democrática dos hospitais, quer restaurar a medicina cantativa devolvendo os hospitais concelhos às mesericórdias, etc. etc. É um governo hipócrita que impede o planeamento familiar aos jovens portugueses e que defende a continuação da penalização do aborto.

Por todas estas razões os médicos comunistas do Porto repudiam vivamente a política de

saúde deste governo e deste secretário de Estado, não vêm nela nada que mereça comemoração ou homenagem. Este diploma é, antes, um novo motivo para exigir a sua demissão. Para que seja possível retomar uma política de saúde verdadeiramente ao serviço do povo português, realizando uma das mais belas promessas de Abril.

Contra uma política de cedência aos «barões da medicina» e à

sua expressão que tem sido a Ordem dos Médicos em todo o processo que culminou na publicação deste diploma das carreiras médicas, o povo português e as forças democráticas reafirmam a sua proposta — o serviço nacional de saúde, que continua a constituir uma «resposta politicamente justa, tecnicamente correcta e economicamente rendível aos nossos gravíssimos problemas de saúde».

Trabalhadores comunistas denunciam grave situação no hospital de Portalegre

Face à grave situação que se vive no Hospital de Portalegre, os comunistas decidiram esclarecer a população e os trabalhadores da sua posição, a propósito dos recentes acontecimentos que põem em perigo o funcionamento normal do serviço de urgência.

O Hospital tem desde há muito apenas dois anestestistas. A situação agravou-se recentemente com a possibilidade de dispensa de serviço de prevenção por parte de um deles (ao abrigo da lei) e a entrada em férias de outro. Desde há muito as entidades a quem cabe resolver o problema — secretário de Estado da Saúde e Director Geral dos Hospitais — têm conhecimento desta situação. O mais alto responsável a nível governamental pela política de saúde, o ministro dos Assuntos Sociais, foi posto ao corrente do problema, em visita ao Hospital, em Abril passado. Apesar das promessas feitas na altura, quase

quatro meses passados nada foi resolvido, fruto de uma política errada na distribuição de recursos humanos.

Parante a gravidade da situação, é justa a indignação e protesto dos trabalhadores do Hospital, que vêem reduzidas as condições para o exercício da sua actividade profissional e a preocupante situação a que doentes e familiares seus se vêem obrigados, com as transferências para os Hospitais Distritais vizinhos ou para Lisboa. Neste quadro é importante agir e firmemente, para modificar a situação, tomando as medidas necessárias.

Para apreciar o assunto, realizou-se uma reunião de

médicos do quadro permanente e internos da especialidade, tendo sido decidido, como forma de pressão, não garantir o funcionamento do serviço de urgência a partir das 15 horas.

O caminho apontado não é o melhor, violando os mais elementares princípios de ética profissional. Mesmo em situações de greve aberta, pela especificidade do sector da saúde, o serviço de urgência deve ser sempre assegurado. Esta decisão é tanto mais grave quanto não é antecedida de outras formas de protesto tomadas oportunamente. Não garantir o serviço de urgência leva, necessariamente, à insegurança e abandono de doentes que necessitam cuidados médicos urgentes, sem ser necessário o contributo da anestesiologia, como prova o escasso número de casos — 10 em 1200 — que em 15 dias fo-

ram transferidos. Torna-se estranho que as posições mais radicais são provenientes daqueles que face às lutas dos trabalhadores não só não as apoiam como até as caluniam.

Os comunistas do Hospital Distrital de Portalegre, considerando a solução, saída da reunião médica, incorrecta e perigosa, distinguem claramente entre os que viabilizam a tentativa de paralisação do serviço de urgência face às dificuldades que a falta de anestestista acarreta ao seu trabalho específico, e os que, aproveitando a situação, a utilizam para descrédito da instituição hospitalar e para promoções pessoais, ou outros interesses.

Devia haver uma acção concertada entre os vários órgãos de gestão hospitalar para resolver o problema. Os trabalhadores deviam ser in-

formados regularmente e mobilizados para participarem na discussão destes e outros problemas. Nem o Conselho de Gerência, avesso à discussão aberta das questões, na prática de um tipo de gestão imposto pelo Governo desde 1977, nem a Direcção Médica o fizeram. Pelo contrário, a Direcção Médica tem-se pautado por um comportamento irrealista e provocatório, dificultando o diálogo com outros órgãos de gestão, impedindo destes a tomada de medidas concretas que viabilizem a rentabilidade e a humanização dos serviços de acção médica.

Os comunistas do Hospital Distrital de Portalegre estão abertos e decididos a cooperarem com todos os outros trabalhadores que, com eles, queiram lutar pela melhoria das condições de trabalho, pela elevação da rentabili-

dade hospitalar, pela humanização dos serviços, retirando «argumentos» ao Governo. Na dinamização e coordenação da melhoria da actividade médica, a Direcção Médica tinha um importante papel e nada tem feito no sentido de cumprir as suas funções. Em vez disso, age pontual e improvisadamente, sem uma acção global e planificada, demonstrando a mais cabal incompetência e irresponsabilidade, como ficou bem patente nos últimos dias.

A população do distrito só não ficará privada de serviço de urgência porque alguns médicos, responsavelmente, assumiram a coragem de o assegurar transitariamente.

Que o seu esforço não sirva para adiar soluções, prosseguindo o desprezo e a irresponsabilidade por parte do Governo.

Nacional

A CAP foi promovida a ministério?

«Tenho uma enorme confiança na CAP», disse na passada semana, a quem o quis ouvir, o ministro Basílio Horta, do MAP. Toda a gente já sabia que a autodenominada Confederação dos Agricultores de Portugal tinha a confiança dos ministros da «AD», dos dirigentes da «AD», dos latifundiários da «AD». O que toda a gente vai também sabendo é que, ao longo dos anos — desde Rio Maior até hoje —, os agricultores que a CAP conseguiu arrebanhar à sombra do anticomunismo se foram separando dessa associação de gente da moça. Há muito que os agricultores do centro do país abandonaram os fileiros da CAP, constata-se o engano. A CAP está de pernas para o ar.

O Governo, amigo dos seus amigos, foi dar a mãozinha à CAP. Para levantá-la

do atoleiro onde os que restam da Confederação se envolveram. E, numa operação de propaganda onde não falou a TV e a assinatura de um protocolo, o Governo levou os seus amigos para as cadeiras do MACP, onde passam a receber directamente do Orçamento.

Que protocolo é esse? Nada menos que um documento que promove a CAP ao título de organização «representativa» da lavoura. O Ministério de Basílio promoverá «o reforço técnico das estruturas da CAP», pois, como se sabe, sem o apoio governamental, a CAP não se aguentaria de pé. Essa ajuda do Governo pretende alçar a CAP ao lugar de participante nos trabalhos de adesão à CEE. Triunfalista, o ministro Basílio diz: «É a la-

voura portuguesa que vai aderir ao mercado comum».

O compadrio e a confusão

«Ao Estado» diz Basílio, «compete um número de tarefas que a curto ou longo prazo não podem competir». Esta a justificação «institucional» do acto que vai permitir passar para a CAP até, inclusivamente, quadros do Ministério, para retirar a esta «peso burocrático».

Queiroga, o homem da CAP, teria cofado, feliz, os seus bigodes. Agora, para além de estar à frente de um grupo de fantasmáticos agricultores e à frente de alguns senhores da terra, passará a chefiar funcionalismo pago pelos contribuintes. Isto tudo porque, como disse, «não podemos continuar mais na posição de espectadores, co-

moda e acomodaticia, mas tomar uma posição interventiva». Isto é, o Governo promoveu espectadores aos lugares do aparelho de Estado.

A ilegalidade e o compadrio têm sido, desde que a «AD» é Governo, uma das tónicas da actuação ministerial. Mas este acto, sublinhando oficialmente com assinaturas, discursos, protocolos e divulgação estatizada, é o cúmulo.

Já se sabia que, politicamente, o MACP era um departamento da CAP. Agora fica também a saber-se que a CAP passa a ser organicamente um departamento do MACP. A fusão dos interesses dos agrários com o aparelho de Estado dominado pela «AD» e com a política do MACP recebeu, pela via do protocolo tornado público, uma consagração tão oficial

e solene como provocatória e ilegítima.

O negócio foi celebrado. Entre a mesma gente, pois agora a confusão entre capistas e Governo e maioria «AD» — entrando e saindo de lugares, trocando e acumulando mandatos de deputados, postos em S. Bento e cargos dirigentes na Confederação — está, finalmente institucionalizada, com o dinheiro do Orçamento a pagar tudo.

Por este caminho — e enquanto o Governo não é posto na rua e arredada toda a corrupção do poder — não falará que, um dia destes, vejamos a UGT a trabalhar no Ministério do Trabalho. Estes «parceiros sociais» «AD» não dialogam uns com os outros, apesar das contradições que por vezes surgem entre eles. *Monologam*, pois estão do mesmo lado, senta-

dos à mesma mesa, nas mesmas cadeiras que vão aquecendo uns para os outros.

Não se contentando em destruir empresas, em entregá-las ao patronato, em mandar para o desemprego os trabalhadores, em atacar ferozmente a Reforma Agrária, em utilizar a repressão como «dissuasor» das reivindicações, em usar gorilas para tentar travar as lutas legítimas da população laboriosa, a «AD», a par do agravamento dos problemas económicos e sociais do país, empenha-se a fundo no compadrio mais desavergonhado, enquanto a gangrena da corrupção alastra.

Mais uma razão para a pronta demissão do Governo. Tornada necessária e urgente a numerosos títulos, é hoje uma inadiável exigência de moralidade pública.

Acampamento de Pioneiros da Beira Litoral

Até ao próximo domingo decorre na praia do Furadouro o 3.º Acampamento dos Pioneiros da Beira Litoral.

Esta iniciativa, que reúne cerca de 60 jovens «campistas» de Aveiro, Coimbra e Viseu, teve no primeiro dia a presença do camarada Jaime Serra, que conviveu com os pioneiros e participou num breve acto de boas vindas. Lembrou, então, a importância do 25 de Abril, que permitiu que os Pioneiros se organizassem, pudessem conviver em acampamentos como aquele e, com a sua actividade e a dos seus monitores, se preparassem

melhor para ser os homens e mulheres de amanhã, «obreiros mais felizes e mais conscientes» do mundo novo por que lutamos.

O responsável pelo acampamento, João Dinis, e um pioneiro dirigiram-se igualmente aos seus companheiros, lembrando aquilo que vai ser esta semana de férias e amizade: além da praia, dos jogos e do «fogo de campo» obrigatórios, haverá contactos e visitas a casas de pescadores do Furadouro e uma visita à Base de S. Jacinto, e amanhã, sexta-feira, uma grande festa à noite, para a qual os pioneiros preparam divertidas surpresas.

Juventude

Acampamentos da juventude

Sábado, festa de encerramento em S. João da Caparica

Em S. João da Caparica, Vilar de Mouras (Minho) e Vale do Rossim (Serra da Estrela) prosseguem os acampamentos organizados pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP), sob o lema "Pela Paz e a Amizade". Na praia do Furadouro (Ovar) e em Vila Nova de Gaia realizam-

-se também acampamentos da juventude.

O ambiente nos acampamentos que ainda decorrem é de boa disposição, de franca camaradagem e amizade. Em S. João da Caparica, onde nos deslocámos, várias dezenas de jovens passam aí umas férias agradáveis e

económicas, tendo ali "mesmo à mão de semear" a praia e os reconfortantes ares do pinhal.

O acampamento da Caparica, localizado mesmo junto ao campo de futebol do Trafaria já promoveu várias iniciativas de relevo, nomeadamente sobre os temas da

paz e do Poder Local. Saliente-se, a propósito, as sessões em que participaram o dirigente da Juventude Democrática Libanesa convidado pela JCP a visitar o nosso país e o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Eurázio Filipe.

Os jovens acampados na

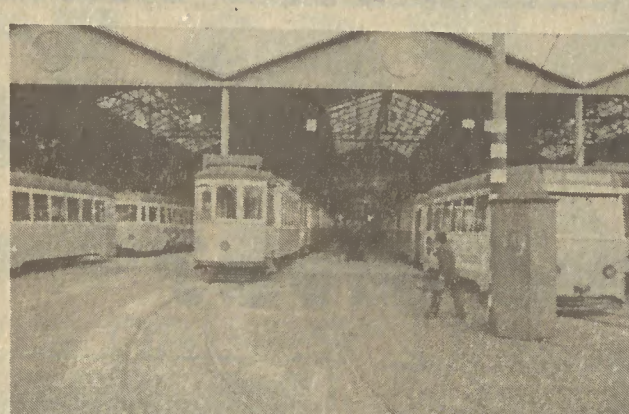
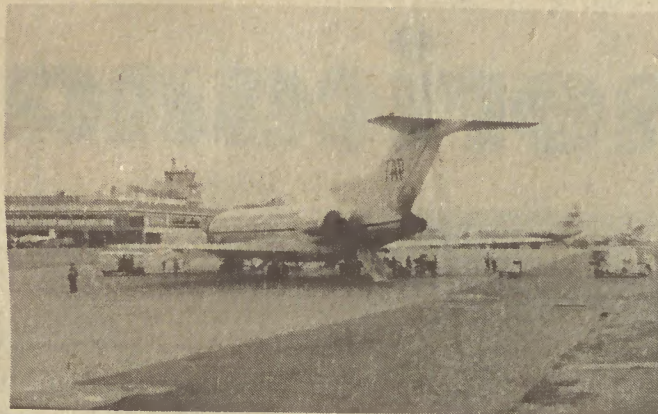
Caparica têm à sua disposição um conjunto de estruturas de apoio, nomeadamente armazém com produtos de primeira necessidade, serviço de correio, recepção e posto de primeiros socorros, etc.

No próximo sábado decorrerá a festa de encerramento. O programa da tarde

realiza-se fora do recinto e inclui a participação de palhaços, ilusionistas e outras atracções. O programa da noite efectua-se dentro do acampamento, na zona do palco e, além do conhecido Samuel, terá a contribuição de um conjunto musical. Atenção ao bailarico!



Trabalhadores



Transportes

O lucro para a privada, o prejuízo para o Estado — a «filosofia» AD

• **CTM, RN, CP, Socamar, Carris, Metro, TAP, AGPL — sabotar e desmembrar para consumir a destruição e dividir o bolo pela privada...**

Sector predominantemente nacionalizado, as empresas de transportes encontram-se mais do que nunca na mira da política "AD" de sabotagem e desmembramento. Basta recordar as "26 medidas" da escalada contra o regime democrático, anunciadas recentemente pelo Executivo em conferência de imprensa. Basta recordar as afirmações de membros do Governo, segundo as quais o sector dos transportes é considerado como um daqueles em que as empresas serão "reestruturadas" e sujeitas a um "programa económico de emergência", avançando-se novamente com a ideia da privatização de áreas específicas de algumas empresas.

Como salienta o organismo de direcção do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, em

documento divulgado há dias, "a prática da "AD" na sua desorganização dos últimos anos ensinounos o significado preciso daquelas afirmações — o objectivo é "entregar ao sector privado o que dá lucro e ficar a cargo do Estado o que dá prejuízo". O desenvolvimento desta política é já notório se nos detivermos na situação agora criada em várias empresas de transportes: os resultados da política "AD" no sector (que subirá de tom com a revisão inconstitucional da Constituição) "começam já a apresentar novos aspectos, a juntar ao que já vinha de trás", sublinham os trabalhadores comunistas dos transportes.

Esses aspectos relacionam-se com:

- o ataque brutal e destruidor à *Marinha Mercante*, cujo primeiro alvo foi a *CTM*,

que se traduz na tentativa de aniquilamento daquela empresa e que a curto prazo se estenderá às restantes, tudo indicando que a próxima seja a *Soponata*;

- a venda de viaturas de carga da *Rodoviária Nacional* como passo para a liquidação do Centro de Mercadorias;

- os estudos em curso na *CP* visando o encerramento de estações e linhas e ainda nesta empresa a asfixia quase total de actividades anteriormente entregues a empreiteiros, visando o seu regresso;

- os cortes de investimento da *Socamar*, impedindo-a de concorrer nas descargas em terra com a *Socar* (empresa privada) ao mesmo tempo que são abertas possibilidades a esta empresa de concorrer com a *Socamar* nas descargas ao largo;

- o plano de "reestrutur-

ração" da *AGPL*, onde se aponta como "votação" daquela entidade a criação e manutenção das infra-estruturas, deixando ao sector privado toda a restante actividade portuária, isto é, as despesas para o sector público, os lucros para o sector privado;

- a ameaça sobre a *Carris* e o *Metro* da entrega de certas áreas de transportes urbanos ao sector privado;

- a redução da frota da *TAP* e da sua capacidade de transportes.

E os direitos dos trabalhadores?

A par de uma política virada para a destruição do sector público, o Governo aposta numa política contra os direitos dos trabalhadores dessas empresas, nomeadamente através da ameaça à manutenção dos postos de trabalho.

Esta grave situação ameaça os trabalhadores

da *CTM* (caso esta seja desmembrada); da *RN* (se a resolução 43 — E/81 for levada à prática); da *CP* (se o plano dos canadianos — o tal dos 13 mil trabalhadores a mais — sair da situação de congelamento de que o pretendem tirar); da *AGPL* (se a "reestruturação" desejada pela "AD" for por diante); da *TAP* (se a actividade da empresa for reduzida).

O organismo de direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP salienta entretanto que "é preciso que todos os trabalhadores tomem perfeita consciência dos perigos reais que correm e lhes façam frente, tal como noutras ocasiões". E acrescenta:

"É necessário travar esta política de descabro, de destruição. É preciso que as medidas apontadas pelo PCP sejam concretizadas, pois essa é a única saída, a única alternativa à actual situação. É preciso demitir o governo, dissolver a Assembleia da República,

formar um governo de gestão que dê garantias democráticas na realização de novas eleições.

"É necessário que os mecanismos constitucionais sejam accionados e travem os planos de destruição do regime democrático que a "AD" pretende concretizar.

"Para o conseguir, é necessário que todos os democratas se unam em torno da defesa da democracia, que a luta de massas se intensifique, que as forças instaladas no poder encontrem pela frente uma oposição firme às suas intenções e não a cederia e a convívência.

"Em todo este processo o PCP tem desempenhado um papel insubstituível, no sentido de impedir a concretização do plano subversivo em curso.

"É porém fundamental, como sempre temos afirmado, que todos os outros amantes da liberdade não fiquem passivos, assumam as suas responsabilidades e contribuam para a derrota dos que querem derrotar Abril."

A defesa do interesse nacional e dos direitos dos trabalhadores

Face à grave situação que vem assinalando a vida das empresas do sector de transportes, as organizações representativas dos trabalhadores têm ao longo dos últimos anos definido propostas objectivas para a dinamização e relançamento desse importante sector, na perspectiva do interesse nacional e da defesa dos direitos dos trabalhadores. Ainda recentemente, reunidas no seu III Encontro Nacional, as Comissões de Trabalhadores das Empresas de Transportes aprovavam uma resolução, em que decidiam:

- Reiterar as propostas que ao longo do tempo, através das mais diversas formas as diversas organizações representativas dos trabalhadores têm apresentado, e que no seu conjunto se mantêm válidas para as seguintes questões fundamentais:
- recuperação das empresas;
- melhoria da qualidade dos serviços e a sua natureza de bem social;
- desenvolvimento da economia nacional;
- defesa dos postos de trabalho e das condições de vida;
- defesa das Nacionali-

zações e do Sector Empresarial do Estado.

Aquelas CT's decidiram ainda, "face à grave situação que a maioria das empresas enfrentam, a acção desastrosa e destruidora dos governos AD, às ameaças que essa acção representa para os interesses dos trabalhadores e a consciência de que as medidas propostas correspondem às reais necessidades das empresas, do sector e da economia nacional, tomar como sua orientação as seguintes linhas de acção:

- exigir a demissão imediata do actual Governo,

que pela sua política atentatória da independência e da economia nacional, bem como dos legítimos direitos dos trabalhadores, se apresenta carente de credibilidade, incompetente e já demonstrou ser definitivamente incapaz de praticar uma política de recuperação da economia;

- lutar pelo respeito da legalidade democrática, exigindo: da Assembleia da República, a revisão constitucional da Constituição; dos diversos órgãos de soberania, que as leis não sejam alteradas com o objectivo de restringir os direitos e regalias dos trabalhadores; do Governo, o respeito pelas nacionalizações, o cumprimento e adequação dos ASEE's e outras formas de responsabilidade do Estado para com as empresas do sector, a nomeação urgente dos representantes dos trabalhadores nos órgãos sociais das empresas e o funcionamento dos órgãos

estatutários designadamente os Conselhos Gerais; dos Conselhos de Gerência, o respeito pelo direito da CT's quanto ao acesso à informação e ao exercício do controlo de gestão constitucionalmente

A recuperação das empresas, a melhoria da qualidade dos serviços e a sua natureza de bem social, o desenvolvimento da economia nacional, a defesa dos postos de trabalho e das condições de vida, a defesa das nacionalizações e do sector empresarial do Estado — objectivos centrais duma luta que vai continuar com unidade e firmeza.

te atribuído, o respeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores e o fim da repressão e da intimidação;

- lutar por uma política de transportes que corresponda aos interesses da economia nacional e à resolução dos problemas das empresas;

- lutar contra o desmembramento das empresas e da sua coloca-

ção ao serviço de interesses de terceiros;

- lutar pela defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores, particularmente o direito ao trabalho.

Os representantes dos

trabalhadores concluíram ainda da necessidade de adoptar a seguinte orientação nas acções a empreender:

- contactar com os órgãos de soberania para apresentar as reivindicações contidas na Resolução aprovada e para o diálogo necessário à resolução dos problemas existentes ou que venham a surgir;

Paralisação na CTM

Como forma de protesto contra a declaração da empresa em situação económica difícil, os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (CTM) realizaram no passado dia 13 uma paralisação de quatro horas, a que aderiu cerca de 96 por cento do pessoal.

A paralisação ocorreu em todos os departamentos da empresa, tendo-se registado adesões de 100 por cento na delegação do Porto, no Instituto Virgílio Machado, no sector de reparações em Santo

Amaro e no Cais da Rocha de Conde de Óbidos (Lisboa).

Que significa, afinal, a declaração da empresa em situação difícil? Que pretende o Governo com esta iniciativa? As organizações representativas dos trabalhadores do sector de transportes (federações e sindicatos), salientavam recentemente:

"De há muito que as estruturas sindicais do sector de Transportes vem alertando os trabalhadores deste sector para todo o tipo de manobras inseri-

das numa vasta acção governamental de desmantelamento das empresas nacionalizadas, com o objectivo de entregar as suas partes rentáveis ao capital privado.

"Muitas têm sido as formas ensaiadas em diversas empresas, com destaque para os casos da *TAP* e *RN*, onde, no entanto, a luta organizada dos seus trabalhadores, conseguiu até agora travar a aplicação de muitas das medidas pretendidas pelo Governo.

"Mas o Governo está impaciente (...) e lança um

ataque aberto a tudo aquilo que de positivo o 25 de Abril trouxe aos trabalhadores portugueses.

E acrescentam: "É assim que se assiste às declarações públicas de Freitas do Amaral de que é preciso "encerrar as empresas públicas que dão prejuízo". Na sequência dessas declarações o Conselho de Ministros declarou a *CTM* (Comp. Port. de Transportes Marítimos) "em situação económica difícil", com todas as consequências graves que tal medi-

da implica para a vida dos trabalhadores que nela trabalham, nomeadamente ao ser anunciada não estar garantida a manutenção da totalidade dos postos de trabalho.

"Também na *CTM* a tática utilizada pelo Governo foi idêntica à que tem sido seguida na generalidade das empresas nacionalizadas, ou seja, nomeando Conselhos de Gerência da sua inteira confiança e cuja missão fundamental é deixar afundar e asfixiar econó-

mica e financeiramente as empresas, boicotando, não investindo, não cumprindo os acordos de saneamento económico, etc.

"Não é assim de admirar que a situação na *CTM*, como de outras empresas do sector, não seja brilhante, tendo sido por acção deliberada do Governo que a tal se chegou, para este agora justificar a sua política de destruição das empresas públicas.

A *CTM* tem 3500 trabalhadores.

Vidreira da Fontela Defesa firme de 650 postos de trabalho

"Somos trabalhadores da Vidreira da Fontela e somos forças para a defesa firme de 650 postos de trabalho. Embora a laboração da fábrica fosse assegurada, bem como todas as entregas diárias, os trabalhadores iniciaram a sua manifestação da porta da empresa para a CM da Figueira da Foz, numa distância de dois quilómetros, para exigir que esta intervenha no assunto. A decisão de realizar esta manifestação foi tomada em plenário de trabalhadores da empresa na última 6.ª feira, dia 13 de Agosto.

O desfile, que engarrafou o trânsito, mobilizou mais de 1500 pessoas. Depois da concentração na Câmara Municipal, cujo presidente recebeu uma delegação de trabalhadores, comprometendo-se a desenvolver esforços para a resolução do problema, os manifestantes percorreram as ruas da cidade, tendo recebido o apoio solidário da população local e dos veraneantes que ali se encontram nesta altura do ano.

A Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP manifestou já a sua solidariedade aos trabalhadores da empresa.

Hotel Baía A luta continua!

Os trabalhadores do Hotel Baía (Cascais) manifestaram-se anteontem junto à Secretaria de Estado do Turismo (SET), prosseguindo assim a sua luta pela reposição da legalidade na empresa.

O responsável do departamento governamental, Nandim de Carvalho, recusou-se a receber uma delegação dos trabalhadores, insistindo que só se avistaria com representantes do pessoal do hotel desde que não sejam delegados sindicais... Quem é que o sr. Nandim de Carvalho quer que represente os trabalhadores? Uma pergunta que ainda não tem resposta...

Entretanto, os gorilas que no passado dia 4 tomaram de assalto as instalações do hotel permanecem aí com a maior das impudências, continuando mesmo os passeios provocatórios nos carros do estabelecimento hoteleiro.

Está neste momento em curso, em colaboração com a Federação e o Sindicato da Hotelaria, uma recolha de fundos de solidariedade com os trabalhadores do Baía.

Lutas

Triple Marfil — Os trabalhadores estão em luta contra a repressão depois de várias tentativas da administração para despedir activistas sindicais, que os trabalhadores, através da sua luta, conseguiram impedir. A administração aproveitou o período de férias para despedir 6 trabalhadores das mais antigas e activas.

São várias as empresas em que os trabalhadores se vêem a braços com o atraso no pagamento de salários e subsídios de férias e lutam pelo seu pagamento pontual:

Desco — o patrão só pagou 50 por cento do subsídio de férias;

Serli — não foi pago o subsídio de férias;

Tabopan — o salário de Julho ainda não foi pago;

Efi, Sepsa, Mecanomar, Feruni — os trabalhadores recebem os salários às prestações.

Comércio de Almada — Os supermercados Pão de Açúcar e outros estabelecimentos do concelho de Almada não respeitam o regime de semana inglesa, grande conquista dos trabalhadores do sector. O sindicato do Sul denuncia esta situação.

Casa Pia — Repressão e tentativas de despedimento são dois aspectos que presentemente caracterizam o ambiente que se vive na Casa Pia de Lisboa, instituição dependente da Secretaria de Estado da Família. A Provedoria (órgão dirigente da Casa Pia) recusa o diálogo com os trabalhadores.

Cel-Cat — Numa manobra que visa essencialmente a criação de problemas para as negociações no futuro, a administração da Cel-Cat congelou o acordo de empresa já concretizado até que o texto seja simultaneamente assinado pelas organizações representativas dos trabalhadores e pelos "camareiros". A comissão negociadora sindical foi encabeçada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, tendo incluído sete organizações sindicais, em representação de mais de 90 por cento do pessoal da empresa. Caso a situação se mantenha, os trabalhadores voltarão a reunir-se em plenário, no próximo mês de Setembro.

Metalúrgicos — Está em curso no sector uma ampla jornada de esclarecimento sobre o processo de revisão do contrato colectivo de trabalho vertical. Da parte do patronato mantém-se a intransigência nas negociações, que ultimamente decorreram numa fase de conciliação no âmbito do Ministério do Trabalho, após o rompimento das negociações directas com os representantes dos trabalhadores.

CTT — Na sequência das novas posições adelantadas pela administração da empresa, os trabalhadores do CTT decidiram desmarcar a greve que estava anunciada para esta semana.

Gelmar — Foi já concluído o novo acordo de empresa do pessoal da Gelmar. Segundo a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, "o processo de revisão do AE, acordado na fase de conciliação, encontrou grandes dificuldades pelas posições totalmente inaceitáveis assumidas pelo Conselho de Administração da empresa. O texto final, embora não possa ser considerado um êxito total para as aspirações dos trabalhadores, representa um significativo avanço em relação às posições iniciais dos administradores".

Acréscima a organização sindical: "Apesar de algumas matérias propostas pelos Sindicatos, como o abono para folhos, as diuturnidades e o subsídio de frio e de penosidade não terem sido contempladas no texto acordado, também em contrapartida outras pretensões do CA como as de rever as cláusulas referentes ao regime de deslocações, ao descanso semanal e ao subsídio de doença não foram satisfeitas, garantindo-se nestas matérias os direitos e regalias já adquiridos pelos trabalhadores.

"De salientar, ainda, que no texto que seguirá proximamente para publicação, foram integradas diversas cláusulas acordadas na anterior revisão e que não tinham sido então publicadas.

FAPAE — Segundo informação do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas a administração da FAPAE, empresa fabricante de material eléctrico e electrónico, associada do grupo Philips, com sede em Cabo Ruivo, Lisboa, pretende encerrar a secção de vidraria, onde laboram cerca de 25 trabalhadores. O Sindicato revela em seguida:

"O encerramento está previsto para Setembro alegando a administração motivos de ordem económica para o mesmo.

"A *CT* da empresa pronunciou-se já contra esta medida por considerar que os elementos formados pela administração para análise deste processo foram insuficientes.

"Entretanto várias questões se colocam quanto à distribuição pelos outros sectores da empresa aos 25 trabalhadores cujo posto de trabalho vai ser extinto, nomeadamente relacionadas com possíveis desproporções e desqualificação e às quais o patronato tem respondido sem objectividade. Como agravante surge o facto da secção a extinguir ser única no país, o que retira qualquer hipótese dos trabalhadores atingidos procurarem obter colocação noutra empresa desenvolvendo aí o mesmo trabalho.

Amplo movimento de opinião em defesa das nacionalizações

Integrando, entre outros elementos, ex-gestores do sector empresarial do Estado que tenham sido saneados pelos governos de direita, gestores eleitos pelos trabalhadores (lei 46/79), quadros técnicos, representantes de organizações de trabalhadores e personalidades que contribuíram decisivamente para as nacionalizações, deverá iniciar as suas actividades já no próximo mês de Setembro um movimento de opinião pública em defesa das nacionalizações, pilar do regime democrático.

Este movimento de opinião, que se prepara para denunciar publicamente os perigos que pairam sobre as empresas do sector nacionali-

zado, poderá assumir o estatuto de Associação Cívica e das suas actividades iniciais destacasse o lançamento de um "Manifesto" em forma de abaixo-assinado nacional em apoio das nacionalizações. Os objectivos do sensibilização e alerta contra a política destruidora da grande conquista de Abril serão orientados não só para a opinião pública como para os órgãos de soberania.

A promoção deste movimento, em forma organizada, arrancou no passado dia 8 de Julho, no Encontro das Organizações dos Trabalhadores das Empresas Públicas, Nacionalizadas e Participadas.



Internacional

Beirute, exemplo da paz "americana"

Qual é o próximo alvo?

O massacre de Beirute estará provavelmente a chegar ao seu fim. Por força da resistência heróica dos combatentes palestinos e da esquerda libanesa. Por força da pressão conjugada de sectores da comunidade internacional. Não pela vontade de paz no governo de Begin, de que o cunho fascista da sua política fica bem impresso nas ruínas, nos mortos, nos feridos com bombas de fósforo, nas vítimas de novas armas, como a bomba de vácuo — uma acção de genocídio que simultaneamente constituiu campo de experiência de novas armas.

O massacre de Beirute está a chegar ao seu fim. Mas não a guerra em que este massacre se insere. Uma guerra que vem da própria fundação do Estado de Israel, em que desde o início foram violadas as decisões da ONU. Uma guerra de que ainda se não conhece o fim, e que traz em termos práticos muito claros o conteúdo da política do imperialismo.

Esta realidade, que assenta em factos indelmentáveis.

"O máximo do território e o mínimo de árabes"

Este o lema dos sionistas. O lema e a prática. O genocídio agora concretizado, a ocupação de facto do Líbano, o afastamento dos combatentes da OLP de Beirute para a Síria e outros países árabes (na verdade o objectivo seria o seu total extermínio físico, com a pretensão de assim se liquidar a OLP) são os elementos mais actualis de uma política permanente.

Há 34 anos, nas vésperas da fundação do Estado de Israel, foram lançados sobre o território palestino, pontos idênticos aos que a aviação israelita criou agora sobre Beirute: "Todos quantos queiram fugir a esta guerra e ficar vivos devem fugir com as suas mulheres e filhos". Então grupos terroristas precusores das actuais forças armadas sionistas fizeram mais de duas mil incursões em aldeias e cidades árabes.

Em 14 de Maio de 48, dia da proclamação do Estado de Israel, mais de 250 mil palestinos tinham sido expulsos das suas terras (em particular das mais férteis).

Em Junho de 1967 Israel ocupou Jerusalém Oriental, a Cisjordânia e a faixa de Gaza — concluindo a ocupação da Palestina. Assim Israel passou a deter cinco vezes mais território do que o reservado, pela ONU, para a constituição de um Estado judeu.

O processo de expansão não estava ainda concluído. A Constituição de Israel não fixa as fronteiras do Estado.

Quais são os objectivos actuais?

Robert Bowie, que desempenhou importantes funções em anteriores administrações norte-americanas, afirmou recentemente: "para Israel do primeiro-ministro Begin e do ministro da Defesa Sharon, a invasão serve de instrumento para a concretização da estratégia expansionista de absorção da Cisjordânia e de Gaza ocupadas por Israel e para tirar aos 1,4 milhões de pa-

lestinianos que aí vivem a esperança de possuírem a sua pátria. Como primeiro passo, o Egipto foi neutralizado pelo tratado de paz com Sadat. As conversações de Camp David sobre a autonomia visavam ganhar tempo para a instalação de colonatos israelitas nos territórios ocupados e simultaneamente reprimir os habitantes da zona. Agora o poderio militar é utilizado para "pacificar" o Líbano e destruir militarmente a OLP e enfraquecê-la politicamente".

Os planos de agressão ao Líbano eram conhecidos

Dias antes da devolução formal do Sinai ao Egipto, em Abril, a aviação israelita bombardeou campos de refugiados palestinos no Líbano, fazendo centenas de vítimas. Simultaneamente provocam-se incidentes com forças sírias. Duas divisões israelitas — 40 mil soldados — são colocados junto à fronteira do Líbano. Begin afirma claramente: "É preciso liquidar a base da chamada OLP; e se a Síria intervir, trataremos de lhe dar um golpe".

Em Maio, o jornal israelita "Ha'aretz" refere nas suas páginas o plano de guerra contra o Líbano: "O plano parece ser aproximadamente o seguinte: o exército deve ocupar toda a parte sul do Líbano, enquanto os cristãos ocupam o norte. Os dois exércitos limpam Beirute, e Israel deverá igualmente ocupar-se do policiamento e do governo na capital do Líbano e arranjar 60 pessoas a serem indicadas para membros do Parlamento libanês. O fulcro deste plano é a liquidação da OLP e a expulsão dos seus membros para a Síria, juntamente com o regresso da força armada síria".

Este plano foi divulgado antes do atentado terrorista contra o embaixador israelita em Londres, utilizado como pretexto para o desencadear da invasão.

Os factos parecem indicar que Israel não alcançou todos os objectivos previstos, substituindo à partida — como é clássico — a capacidade de resistência de um povo, o heroísmo da sua vanguarda. Os passos dados, entretanto, só podem conduzir ao agravamento da tensa situação no Médio Oriente.

O Partido Comunista de Israel denuncia

"Com o objectivo de concluir a anexação de todos os territórios palestinos, liquidar a OLP e a

existência nacional do povo árabe da Palestina através de um "golpe mortal", o governo actua nas seguintes direcções" — denuncia o secretário-geral do Partido Comunista de Israel, camarada Meir Vilner, nas páginas do "Za Haderekh", órgão central do Partido, antes da invasão do Líbano.

• Primeiro: "O governo tenta liquidar o povo palestino na margem Ocidental e na faixa de Gaza, como povo, através de uma repressão criminosa; a liquidação dos dirigentes eleitos e representativos; a expropriação da terra e dos recursos de água; impondo o terror através de grupos armados de traidores e bandos de colonos, que realizam "pogroms" contra os habitantes palestinos".

• Segundo: "O governo está a preparar abertamente uma invasão do Líbano sem precedentes com o objectivo de liquidar a OLP e as forças progressistas libanesas, e impor um governo fantoche sob tutela dos fascistas falangistas, provocando as forças da Síria com o objectivo de lhes infligir uma derrota ou mesmo derrubar o regime independente e anti-imperialista da Síria".

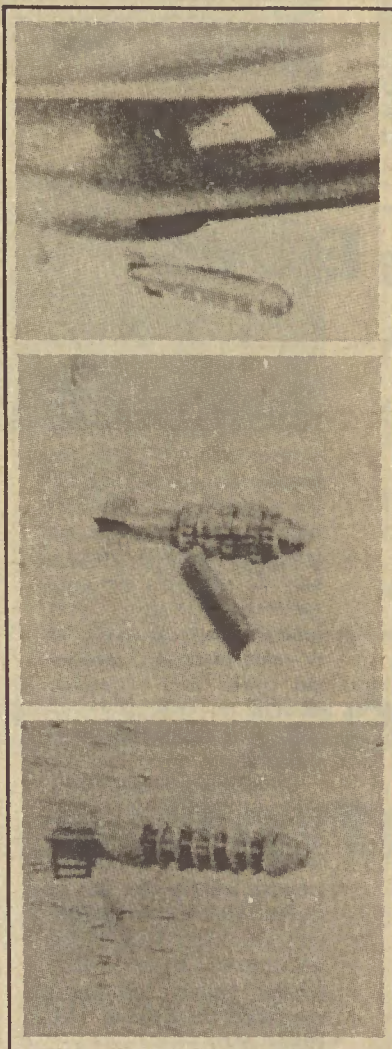
• Terceiro: "O governo aproveita a guerra para concretizar a expulsão de muitos dos habitantes palestinos da margem Ocidental e da faixa de Gaza, e assim cumprir a máxima tradicional do sionismo: o máximo do território e o mínimo de árabes".

O papel determinante dos Estados Unidos

"Tudo indica que a administração Reagan decidiu tirar o maior proveito das operações militares israelitas no Líbano", comentava recentemente o "New York Times". E sem dúvida que o está a fazer, aproveitando desde já a oportunidade para aí colocar os seus "marines" e as suas forças de intervenção, a pretexto de auxiliar a evacuação dos combatentes palestinos do Líbano.

Mas a questão não está aí. A verdade é que o criminoso ataque e ocupação do Líbano não é uma iniciativa independente do governo de Begin. É igualmente da iniciativa de Washington, insere-se na sua política, constitui um exemplo flagrante, — e em si própria a condenação — da política de "paz americana".

Os objectivos do governo norte-americano são muito claros: liquidar a OLP; colocar as suas tropas no Líbano, para o que todos os pretextos são bons; impor um governo fantoche ao Líbano, docil às determinações da Casa Branca, transformando politicamente este país num segundo Egipto.



Não se pode ainda fazer o balanço do genocídio praticado no Líbano. Mas desde já se pode afirmar que há dezenas de milhares de mortos, mais de um milhão de desalojados. Sayda e Tyr foram destruídas. De 32 aldeias e 14 campos de refugiados palestinos não resta nada. A cidade de Beirute está em ruínas. O Líbano serviu também de campo de ensaio de novas e mais mortíferas armas de que as crianças foram as principais vítimas

E para isso o Pentágono e a Casa Branca não têm estado de braços cruzados. É conhecida a política global do imperialismo no Médio Oriente, de que tem resultado a impossibilidade do estabelecimento de uma paz sólida nesta zona. Camp David foi e continua a ser o instrumento da dominação norte-americana nesta região, abrindo portas à instalação de novas bases e múl-

tiplas facilidades no campo militar, nomeadamente a utilização de Israel, com o acordo do seu governo, na acção contra o movimento de libertação e contra o socialismo, em particular a União Soviética, cujas fronteiras estão muito perto.

Os factos comprovam que os EUA estão directamente implicados nesta guerra. No genocídio dos povos palestino e libanês,

no criminoso massacre de Beirute.

Assim, em 26 de Maio, dez dias antes do início da guerra, a Comissão do Senado norte-americano para os Negócios Estrangeiros decide aumentar em mais 300 milhões de dólares a ajuda militar a Israel, e ainda somar outros 125 milhões de dólares ao auxílio económico. Foi igualmente decidido o fornecimento

de 75 F-16, no valor de 2,5 biliões de dólares. Tudo isto foi combinado com o ministro israelita da Defesa, Sharon, então de visita aos Estados Unidos.

Dez dias depois bombas americanas começaram a cair sobre o Líbano. Sem essas bombas, sem o apoio multiforme de Washington, o massacre não seria possível. Mas a verdade é que os objectivos da política nor-

te-americana na zona, como também em África, como na América Latina, exigem isso mesmo — massacres — para se imporem, transitoriamente embora. Por isso o apoio imperialista está presente em toda a parte onde populações são chacinadas. No Líbano, como em Angola, ou El Salvador.

Que se seguirá ao massacre de Beirute?

Centro de provocação na Flórida contra força de atracção de Cuba socialista

O imperialismo é por vezes figurado como um polvo. Uma imagem particularmente adequada, que nos transmite a ideia da multiplicidade de tentáculos estendidos para essa infinidade de zonas de "interesse vital" que no fundo abarcam todo o planeta. Zonas de "interesse vital" que começam às portas dos Estados Unidos, na América Central e Sul, um continente que continua a ser considerado uma espécie de "quintal" de Washington.

Mais de 20 anos depois da revolução cubana, o Senado norte-americano aprova uma resolução que autoriza o governo a enviar tropas para a América Central e Caribais. O pretexto: a influência de Cuba (ou a atracção de Cuba socialista?) nos assuntos internos dos países da América Central. Objectivo: contribuir para a "autodeterminação do povo de Cuba".

Poucos dias antes a Câmara dos Representantes do Congresso norte-americano aprovou um projecto de lei que destina,

no ano financeiro de 1983, sete milhões e meio de dólares para a construção, na Flórida, de um centro especial de propaganda anti-cubana, que terá como tarefa "contribuir para a evolução gradual do sistema cubano".

Entretanto, em Washington, o ministro dos Negócios Estrangeiros do novo governo fascista de El Salvador, pedia a manutenção do auxílio militar.

Nas Honduras terminou mais uma operação militar conjunta com forças norte-americanas. Os EUA projectam construir bases

militares neste país, que constitui o centro fundamental de provocação contra a jovem revolução da Nicarágua.

Assim, e referindo apenas alguns factos mais recentes, se pode ver o desdobramento da acção de Washington visando as revoluções e os mais importantes movimentos de libertação no continente.

Isto enquanto, simultaneamente, se promovem e apoiam militar e diplomaticamente acções como a da invasão do Líbano ou as novas agressões a Angola. Enquanto prosseguem as provocações à Polónia socialista, incluindo o aumento considerável de meios para o desenvolvimento das rádios provocatórias "Europa Livre" e "Voz da América".

As recentes decisões do Congresso e do Senado norte-americanos não surgem por acaso. Apesar dos esforços desenvolvi-

dos para impedir o ascenso do movimento revolucionário no continente, registam-se acções significativas das forças populares em vários países latino-americanos.

A guerrilha salvadorenha continua a desenvolver assinalável actividade. Há poucos dias foi atacado com um rockete o Ministério do Interior, localizado no centro da capital, na sequência de uma série de acções armadas contra departamentos do governo um pouco por todo o país, a que se somam actos de sabotagem contra estruturas económicas, nomeadamente centrais eléctricas.

Na Bolívia, têm-se vindo a registar acções dos trabalhadores, organizados na Central Operária Boliviana e outras estruturas populares, tanto por objectivos políticos como económicos. Assim a COB reivindica a imediata

convocação de eleições (que o governo actual afirma só realizar em Abril de 83). Simultaneamente realizam-se manifestações, com milhares de pessoas, contra aumentos de preços, nomeadamente dos transportes.

A realidade política da Argentina mantém-se instável. Trava-se uma batalha complexa entre forças que preconizam a manutenção de uma situação idêntica à anterior à crise das Malvinas e as que, defendendo os interesses populares, tentam fazer dessa crise alavanca para um salto para a democratização do país.

Os partidos políticos membros da "Multipartidária" reclamam a realização de eleições no segundo semestre de 83 e uma resposta à dramática situação económica e social do país, exigindo ainda o livre acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação social. Da parte do governo

insiste-se em que a democracia é a opção das Forças Armadas. Registraram-se algumas libertações de presos políticos, mas pouco mais se pode dizer quanto a medidas concretas nesse sentido.

A verdade entretanto é que, na complexidade e diversidade da vida política do continente, a luta libertadora é um facto que a repressiva política da Casa Branca não consegue anular. A verdade é que cresce a consciência anti-imperialista na América Latina, a que a posição norte-americana na crise das Malvinas deu um novo impulso.

As medidas contra a revolução cubana decididas pelo Congresso e pelo Senado, comportando perigos reais para a paz na região, são simultaneamente a confissão das dificuldades que Washington está a defrontar no seu "quintal".



Solidariedade

• **Salvemos a vida de Maidana** — "O governo paraguaio acaba de afirmar à Comissão dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que agentes de segurança argentinos são os responsáveis do sequestro e desaparecimento de Antonio Maidana e Emilio Roa" — afirma-se em apelo do Comité Central do Partido Comunista Paraguai, datado de Julho. "Como é do conhecimento geral, o professor Maidana, Primeiro Secretário do Partido Comunista Paraguai, esteve 19 anos nas prisões da ditadura de Stroessner, até à sua libertação em 1977, obtida através da valiosa contribuição da luta do povo paraguaio e da poderosa força da solidariedade internacional. "Depois de realizar tarefas de denúncia do terror e da opressão do regime fascista do Paraguai, Maidana aproximou-se novamente do seu país e do seu povo, instalando-se em Buenos Aires, onde foi sequestrado e desapareceu pela acção da polícia argentina e paraguaia dirigidas pela CIA norte-americana, em 27 de Agosto de 1980.

Nunca mais se soube do seu paradeiro e hoje o governo paraguaio afirma igualmente desconhecê-lo.

Nestas circunstâncias o PC Paraguai apela de novo "a todas as organizações e personalidades democráticas, progressistas e humanitárias do mundo, para que exijam urgentemente ao governo argentino que responda ao apelo universal — onde está Maidana?", e proceda à sua libertação.

• **Mais três mil presos no Chile** — O comité chileno para os Direitos Humanos divulgou em Londres, através da revista "New Letter", que a polícia chilena prendeu em Junho mais três mil pessoas — operários, camponeses e intelectuais — por oposição à política de Pinochet. Tentando camuflar esta vaga de prisões políticas, o governo afirma que os dirigentes políticos e sindicais encarcerados são "criminosos de direito comum".

Com a invasão de Angola regime racista procura atrasar independência da Namíbia

Continua a agressão racista sul-africana à República Popular de Angola perante a indiferença da quase totalidade dos países do «grupo de contacto», o qual recebeu um mandato da ONU para dar cumprimento ao plano da independência da Namíbia. Apenas a França — um dos países que juntamente com os EUA, RFA, Inglaterra e Canadá fazem parte do «grupo de contacto» — se manifestou, condenando vigorosamente os últimos ataques do regime do «apartheid» contra Angola.

De salientar que estas agressões são coincidentes com as conversações que, na sede da ONU, em Nova Iorque, colocou frente a frente representantes dos países do «grupo de contacto» e os países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Botswana e Zimbábue) e ainda representantes da Swapo, o movimento que desde sempre tem lutado pela libertação da Namíbia.

Estas conversações, cuja última reunião se registou no passado dia 12, têm por objectivo obter um cessar-fogo na Namíbia e dar início a um período de transição para a independência do território que se encontra ocupado ilegalmente pela África do Sul.

Racistas reconhecem invasão

A invasão recente do sul da República Popular de Angola a partir de territórios já ocupados foi confirmada pelo próprio comandante das tropas racistas na Namíbia, general Charles Lloyd. A província da Huila tem sido bombardeada pela aviação ra-

cista e a linha de caminho-de-ferro de Moçâmedes continua a ser o alvo preferido.

No entanto, o prenúncio da invasão era já patente em declarações recentes dos dirigentes sul-africanos. Isso mesmo referiu um comunicado do Ministério da Defesa da RPA, tornado público em Maio deste ano.

Revelando que só na primeira quinzena desse mês se tinham registado por parte dos racistas cerca de 115 voos de reconhecimento, dos quais 78 em apenas cinco dias, o comunicado acrescenta:

«No dia 23 de Abril, o general Magnus Mallan, ministro da Defesa da África do Sul, declarou perante o parlamento que o seu país poderia ver-se obrigado a realizar acções militares mais profundas no interior da RPA».

Entretanto, segundo um comunicado recente da Swapo, as suas forças abateram nos últimos dias, durante violentos combates travados no norte da Namíbia, seis aviões «Mirage» e sete helicópteros das forças racistas.

No mesmo comunicado o mo-

vimento nacionalista namibiano afirmava que as suas forças, actuando com pequenas unidades de misséis estavam a colocar em difícil situação o poderio aéreo sul-africano. Mais ou menos por essa altura um jornal de Joanesburgo revelava que aviões «Mirage» da força aérea sul-africana tinham sido enviados para o norte da Namíbia.

A vitória é certa

O regime racista sul-africano tem insistido, para justificar a invasão do sul de Angola, que com isto pretende atingir e destruir pretensas bases da Swapo que dizem existir em Angola. Na realidade o que o regime racista sempre pretendeu — recorde-se a invasão de Angola antes da independência, quando os sul-africanos estiveram a poucas dezenas de quilómetros de Luanda — foi a criação de um Estado fantoche que lhes permitisse negociar a independência da Namíbia de acordo com os seus interesses capitalistas.

A independência da Repúbli-

ca Popular de Angola fez gorar esses intentos. Dai os ataques, as provocações, a tentativa de criar a instabilidade, tudo no intuito de

atrasar a vitória certa do povo da Namíbia e da sua organização de vanguarda que é a Swapo.

Campanha de solidariedade com Angola

No âmbito de uma campanha de solidariedade com o povo angolano vítima da agressão racista da África do Sul a Associação de Amizade Portugal-RPA tem vindo a efectuar uma recolha de donativos, roupas, medicamentos e alimentos entre outras coisas, tendo já recolhido cerca de 300 caixas destes géneros.

Tendo em vista efectuar o envio deste material para a República Popular de Angola o mais breve possível, a Associação soli-

cita a todas as pessoas ou organizações que tenham ainda em seu poder produtos destinados a esta campanha que os façam chegar até ao fim do mês de Setembro à sede da Associação, ou então que comuniquem o local e a hora a que as mesmas podem ser levantadas.

Para isso devem contactar a sede da Associação em Lisboa, na Rua das Portas de Santo Antão, 117-2.º, de segunda a sexta-feira, das 18 e 30 às 20 e 30, ou pelo telefone 369777.